

começaram a ganhar cada vez mais espaço na sala de estar das famílias os ritmos afro-brasileiros mais dançantes como lundus, tangos, batuques, jongos, maxixes e sambas.

“O PRETO JÁ É LIVRE” Eduardo das Neves (1874-1919) foi um dos cantores de maior sucesso no Brasil nesse período, mesmo antes da chegada do rádio ou do disco. Conhecido como o “rei do lundu”, compôs 300 partituras ao longo da carreira, tornando-se o primeiro cantor negro a gravar um disco no início dos anos 1900. “O sucesso de músicos como Eduardo das Neves não pode ser pensado apenas a partir do interesse de intelectuais modernistas ou de interesses mercadológicos. Além do talento, sua projeção é fruto da luta de gerações para ter acesso à cidadania”, define Abreu.

E o “crioulo Dudu”, como se autointitulava, fazia questão de mostrar o quanto era bem sucedido. Proprietário do Circo Brasil, era conhecido pela elegância: fez do fraque azul e da cartola sua marca registrada. As suas músicas também refletem o orgulho de suas raízes africanas de uma forma ufanista, como é o caso de seu maior *hit* o lundu *Canoa virada*, lançado em 1907 em homenagem à abolição da escravatura. Nos versos, Dudu, com seu vozeirão, clama: “o preto já é livre, já não tem senhor”. Também influenciou toda uma geração de músicos que iriam se tornar futuros astros do samba nos anos 1920. João da Baiana trabalhou no circo de Dudu como palhaço. Sinhô, que depois recebeu o título

de “rei do samba”, acompanhou Eduardo das Neves portando a bandeira brasileira numa famosa homenagem a Santos Dumont, em 1903. Mas isso não impediu que, após a sua morte, Eduardo das Neves tenha se tornado um ilustre desconhecido. “A emergência do samba como gênero nacional vai varrer todo um passado musical para debaixo do tapete. Dudu foi um desses músicos a quem não foi atribuído um papel mais significativo. Foi menosprezado após sua morte, relegado pela história apenas por ter sido intérprete de lundus e canções ufanistas”, afirma Abreu.

Apesar de o cantor não receber o merecido reconhecimento, o impacto do trabalho de artistas pioneiros como ele ecoa alto até hoje. “O sucesso de músicos como Eduardo das Neves não pode ser pensado apenas a partir do interesse de intelectuais modernistas ou de interesses mercadológicos. Além do talento, sua projeção é fruto da luta de gerações para ter acesso à cidadania. E se o racismo ainda teima em permanecer, é justamente no campo musical que parece residir uma das melhores formas de resistência e subversão. O impacto das imagens e dos movimentos do videoclipe dos cantores norte-americanos Beyoncé e Jay-Z, gravado no Louvre e lançado em junho deste ano, não poderia ser melhor exemplo da luta dos músicos negros por outra representação no campo artístico”, conclui a historiadora.

Leonardo Fernandes

RESENHA

UMA AUTORREFLEXÃO PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A universidade está em crise. No Brasil, em países da América Latina e da Europa, enfim, no mundo inteiro se ouve e se lê essa frase. Para olhares desatentos ou afastados, a história da instituição universitária parece ser uma sucessão de tropeços que a leva de uma crise a outra ou, pior, a história de uma única e interminável crise, que a acompanha há séculos.

Há outra forma mais adequada, no entanto, de interpretar esse estado permanente de crise na universidade. A palavra *crise*, segundo o dicionário Houaiss, chegada a nós do latim *crisis*, por sua vez uma recepção do grego *krisis*, tem na sua origem o sentido de “momento de decisão, de mudança súbita”. Num contexto semântico mais amplo, refere-se à “ação ou faculdade de distinguir, decisão”. É nesse sentido que melhor interpretaremos a tão aludida crise na universidade: não como um momento de desequilíbrio e transição, à maneira econômica e sociológica, mas como o permanente exercício dessa faculdade de distinção. Em outras palavras, a universidade está sempre em crise porque está sempre *refletindo sobre si mesma*, examinando a si mes-

ma e *decidindo* sobre seus rumos. A crise enquanto autorreflexão é um elemento constitutivo daquilo que se pode propriamente chamar de universidade.

Tal apontamento está no recém-lançado *Os desafios da autonomia universitária: história recente da USP* (Paco Editorial, 2018), livro de Paulo de Tarso Artencio Muzy e José Roberto Drugowich de Felício, professores da Universidade de São Paulo (USP). Ambos físicos de formação e com larga experiência e participação na gestão universitária, Muzy e Drugowich produzem uma obra que se caracteriza, a um só tempo, como tomada de posição e estabelecimento de diretrizes para o futuro. O livro é pensado como um experimento em que os autores colhem três tipos de evidências: “a manifestação pública dos intelectuais sobre o tema; a variabilidade de entendimento que paira sobre o conceito; e a evolução das instituições depois que passaram a contar com a autonomia no sentido amplo” (p. 18).

À primeira vista de um leitor apressado, *Os desafios da autonomia universitária* aparece como um livro de situação, restrito às universidades estaduais de São Paulo — se não exclusivamente à USP — e ao seu momento histórico. De fato, encontra-se já na introdução um aceno nesse sentido:

"Na maior parte das vezes, o termo universidade designará a USP, que é a matéria de nossa reflexão e experiência. Outras vezes significará a instituição universitária genérica. Essa liberdade também se justifica porque a imprensa se refere à uni-



Obra discute autonomia como conceito chave para superar crise na universidade

versidade usando frequentemente o exemplo da USP como paradigma, sem prejuízo ou demérito para a Unesp ou para a Unicamp” (p. 14). Essa impressão é reforçada pela estrutura do livro, que toma como fio condutor o Decreto 29.598/89, no qual o então governador do estado de São Paulo, Orestes Quércia, estabelece a autonomia das universidades estaduais paulistas (o decreto é objeto do capítulo 2, ponto de partida para os seguintes). Ademais, o capítulo intitulado “Autonomia entre nós” deixa bem claro de que “nós” se trata: a comunidade uspiana e, no máximo, a comunidade expandida das três universidades estaduais paulistas.

No entanto, uma leitura mais atenta mostra o equívoco de reduzir a obra a um escrito circunstancial, por dois motivos: i) a circunscrição do conceito de autonomia (ca-

pítulo 3) ultrapassa a experiência singular de uma universidade ou mesmo de um sistema nacional de ensino superior; e ii) o diagnóstico das potencialidades não exploradas de efetivação e ampliação da autonomia universitária (capítulo 7) igualmente transcende os desafios de uma única instituição, servindo de inspiração e fomentando a discussão inclusive para além dos muros da universidade.

O conceito de autonomia, para além da busca pelas raízes filosóficas (a autonomia como chave para sair da minoridade e chegar ao esclarecimento, em Immanuel Kant) e históricas (recuperando o desenvolvimento do conceito na Europa desde a Idade Média e nos Estados Unidos ainda no tempo de colônia), é apresentado como uma proposta de rearticulação da universidade em torno dessa categoria. Para manter o tom filosófico, podemos dizer que a pergunta tipicamente kantiana — *o que é a autonomia?* — é substituída pela pergunta nietzschiana: *quem é a autonomia?* "Na universidade autônoma, identificamos estruturas de unidades, departamentos e institutos nos quais as pessoas, ou seus agrupamentos, os docentes, funcionários e alunos atuam nas funções de ensino, pesquisa e extensão e exercem parcelas ou modo dessa autonomia. (...) entre os segmentos reconhecidos de docentes, funcionários e alunos, que formalmente se apresentam nos processos de decisão colegiada e na gestão, uma figura típica e expressiva da universidade se destaca, a figura do *intelectual*". (p. 79)

O intelectual, de acordo com os

autores, é o ponto focal da autonomia, a figura paradigmática para avaliar seu grau de efetividade, seu sentido institucional, seus modos de operacionalização. “Não se trata aqui de representatividade política, que mimetize a sociedade, ou uma comunidade, mas da representatividade na instituição de acordo com sua missão” (p. 79). É no intelectual que se manifesta a missão da universidade, desdobrada no trinômio ensino-pesquisa-extensão. Afinal, “é nele [intelectual] que repousam as expectativas, as necessidades, as capacidades, os interesses e as representações que o conceito [de autonomia] apresenta e que eles expressam” (p.79).

Figura por excelência da própria ideia de universidade e ocupante da maior parte dos cargos de direção da instituição, é para o intelectual que devemos olhar ao examinar a concretização, o alcance e os limites do conceito de autonomia universitária. Assim sendo, a liberdade acadêmica — liberdade de pesquisar, ensinar e aprender — aparece como parte constitutiva da história da autonomia universitária, que os autores resgatam desde as origens da instituição na Idade Média. Naturalmente, não se deixa de notar a correlação dessa liberdade com outro sentido de autonomia: a financeira. Igualmente importante era a esfera que diz respeito à sua organização ou administração, a qual demanda um regime jurídico particular para as universidades. A essa genealogia contrapõe-se o diagnóstico local e contemporâ-

neo: entre nós —brasileiros, no geral, e paulistas, no particular —, autonomia tornou-se sinônimo de autonomia financeira *tout court*. Pelo menos desde o decreto de 1989, e dada a sua redação, a pergunta pelo sentido da autonomia universitária costuma ser respondida, como mostram Muzy e Drugowich, pela alusão ao percentual da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) destinado ao custeio das universidades estaduais de São Paulo. Ou seja, um conceito que se desenvolveu em múltiplas facetas ao longo da história é hoje reduzido a uma dimensão orçamentária.

Esse achatamento ou estreitamento do conceito produz uma verdadeira incapacidade estrutural de sua concretização. Eis a tese forte do livro, que transcende o contexto espaço-temporal no e para o qual foi escrito. Sem atentar às dimensões acadêmica e administrativa, bem como à necessária radicalização da dimensão financeira, será impossível construir uma universidade verdadeiramente autônoma.

Assim temos o *leitmotiv* que organiza o último capítulo da obra, acerca das possibilidades da autonomia universitária entre nós. Os autores apontam para um conjunto de medidas que creem benéficas ao alargamento da autonomia universitária e que promoverão sua maior efetivação. Da pluralidade de fontes de financiamento à inovação no regime jurídico, passando pelo combate ao corporativismo, o leitor discernirá o esboço de um plano de universidade au-

tônoma — se for capaz, é claro, de superar as impressões que subestimam o poder e o alcance da obra. Revela-se, então, mais um nível de sentido do livro: um chamado à ação, uma conclamação aos intelectuais universitários para redirecionar sua vida na instituição segundo a orientação desse velho valor, retomado em seu alcance mais amplo e diversificado. Trata-se, sobretudo, de levantar os antolhos que estreitam nossos horizontes, de modo a liberar o potencial criativo inerente à universidade e pô-lo a serviço da autonomia.

Não se trata aqui de avaliar os méritos ou deméritos das sugestões de Muzy e Drugowich. Antes, parece mais importante salientar a maneira como os autores reconfiguram a perspectiva dos problemas da universidade em torno do eixo da autonomia. A recuperação desse conceito em sua multiplicidade de sentidos é a chave para o aperfeiçoamento institucional que se impõe nos momentos de crise.

Naturalmente, para que o esforço seja bem-sucedido, há de se contar com a colaboração de setores do Estado e da sociedade civil — em nenhum momento os autores vendem um delírio de heroísmo intelectual. Mas para que isso ocorra, é necessário antes (re)construir o discurso pela autonomia, em sua devida extensão.

Ao que parece, com o livro *Os desafios da autonomia universitária*, um importante passo já foi dado. Prossigamos.

Rafael Barros de Oliveira